

Gianello autorizou salário integral de assessor que foi só quatro vezes à Câmara após nomeado

Lucas de Mello Ferrari e Ana Carolina Oliveira Bruno foram exonerados após início do inquérito

Angelica Richter

O vereador de São Caetano Matheus Gianello (PL) autorizou o pagamento integral do ex-assessor parlamentar Lucas de Mello Ferrari que esteve nas dependências da Câmara somente quatro vezes depois de ser efetivamente contratado pelo parlamentar. A denúncia consta em inquérito civil instaurado pelo MP-SP (Ministério Público de São Paulo) contra o vereador.

O MP-SP instaurou procedimento a partir de denúncia anônima sobre a chefe de gabinete de Gianello, Ana Carolina Oliveira Bruno, que, mesmo nomeada, viajou para a Itália, onde ficou duas semanas, sem solicitar férias e recebeu os vencimentos integrais diante do fato de o vereador ter atestado o cumprimento integral da jornada.

Lucas de Mello Ferrari pediu exoneração assim que o inquérito foi instaurado. Por sua vez, Ana Carolina Oliveira Bruno foi exonerada do cargo em comissão de chefe de gabinete na terça-feira (10).

Informações presentes no inquérito mostram que Lucas Ferrari, entre 2025 e 2026, entrou no Legislativo somente cinco vezes. A primeira vez foi no dia 23 de maio, quatro dias antes de sua nomeação formal. Na data ficou 14 minutos na Casa. No dia de sua admissão, em 27 de maio, Lucas voltou à Câmara, permanecendo por 13 minutos.

O sistema de controle de acesso do Legislativo ainda registrou outras três presenças do então assessor: no dia 30 de maio (13 minutos no prédio), no dia 2 de julho (6 minutos) e no dia 21 de outubro (7 minutos). Em junho, agosto e setembro de 2025, a catraca não registrou nenhuma entrada ou saída de Lucas. Em cada um desses meses, a Câmara pagou R\$ 16.571,56 brutos em seu nome.

Lucas de Mello Ferrari interpôs recurso contra a instauração do inquérito civil em 3 de março de 2026, três dias após ser notificado. Na justificativa, Lucas descreve suas atividades como “de natureza técnica e estratégica, voltadas ao planejamento de conteúdo, organização de pautas, roteirização, alinhamento institucional e acompanhamento de ações externas do mandato”. Sustenta que esse tipo de trabalho não exige presença física contínua e que a Resolução nº 1.102/2024 da Câmara não proíbe o exercício das funções fora do prédio.

Em relação à ausência nos vídeos e fotos, o argumento é de que “a ausência de imagem em material audiovisual não constitui elemento idôneo, por si só, para caracterizar indício de não prestação de serviço, sobretudo quando se trata de função de assessoramento em comunicação institucional, cuja atuação frequentemente ocorre nos bastidores das gravações”.

Por sua vez, Ana Carolina Oliveira Bruno, que foi intimada a depor, prestou esclarecimentos de forma remota, por videoconferência, na quarta-feira (11), conforme apurou a reportagem.

CORREÇÃO

O Diário errou ao divulgar ontem a foto de Ana Carolina Oliveira Bruno na reportagem ‘Denúncia ao MP-SP leva servidora ligada a Gianello à exoneração’.

<https://www.dgabc.com.br/Noticia/4289926/gianello-autorizou-salario-integral-de-assessor-que-foi-so-quatro-vezes-a-camara-apos-nomeado>

Veículo: Online -> Site -> Site Diário do Grande ABC - Santo André/SP